

Entregue pelo Eng. António Alfarek  
no reunião de CEOP de 24.2014



**Assembleia da República – Comissão de Economia e Obras Públicas**  
**Audição sobre Comércio Externo**  
**07 Abril 10h45**

- Agradecer o convite para participar nesta audição
- A temática do comércio internacional reveste-se de particular importância para economia nacional, cujo motor de crescimento tem sido as exportações
- A CIP considera ser uma temática que necessita de uma abordagem coerente e coordenada entre todas as Instituições do Estado e do sector privado
- É nesse sentido que a CIP coordena regularmente as suas tomadas de posição no seio da BUSINESS EUROPE – Confederação Europeia, no âmbito da política comercial, com as DGAE do MNE e no ME
- A CIP considera que em termos de comércio internacional, Portugal deve ter uma postura de contínua abertura de mercados, de defesa da concorrência leal a nível global mas que não prejudique a indústria nacional, em particular as PME
- No atual contexto económico defendemos a **reciprocidade** como principal princípio subjacente as negociações comerciais com países terceiros
- Um outro princípio fundamental é a defesa da **simplificação regulamentar** e de procedimentos, que permita facilitar os processos de exportação e importação para as PME

Em termos mais específicos, estão neste momento em processo de decisão alguns temas de grade relevância para as empresas nacionais que a seguir pretendo referir de forma breve mas sobre os quais teremos todo o gosto em enviar notas detalhadas aos Senhores Deputados se assim o entenderem:

**1. OMC depois da Conferencia Ministerial de Bali**

- A CIP vê os resultados desta Cimeira como positivos, pois permitiram desbloquear o impasse e dar um passo, apesar de pequeno, na direcção certa, reforçando a posição e credibilidade da OMC como organização que pode responder as necessidades de liberalização do comércio multilateral
- O acordo de facilitação do comércio poderá ser impulsor do comércio global, prevendo-se a longo prazo uma redução dos custos de contexto inerentes ao comércio internacional, em cerca de 10-15%
  - Neste tema específico destaca-se ainda o potencial de oportunidade para as empresas portuguesas no apoio à modernização dos países em desenvolvimento, aquando da implementação das medidas de simplificação administrativa e logística das alfândegas
- No entanto a CIP continua preocupada com a dificuldade em alcançar acordo no âmbito das negociações da ronda de Doha; consideramos que será necessário que a OMC se adapte às constantes mutações do comércio internacional, aposte em novos esforços de liberalização comercial e alargue os temas principais da sua agenda.

## 2. Modernização dos Instrumentos de Defesa Comercial

- Como sabem é um pacote legislativo em processo de decisão no Conselho e no Parlamento Europeu
- Este pacote é muito importante pois os IDC são o único instrumento ao alcance das PME para corrigir ou impedir práticas desleais de países terceiros.
- Portugal deve ter uma posição forte no sentido de:
  - Simplificar o acesso aos IDC por parte das PME
  - Reduzir o tempo necessário para a imposição de medidas provisórias
  - Incluir regras referentes às distorções estruturais dos preços das matérias-primas (incluindo energia) e sua subsidiação
    - Garantir que existe uma adoção de todas as medidas em conjunto para facilitar a disseminação da informação e simplificar o acesso aos IDC (guidelines e regulamentos aprovados em conjunto)
- Em termos gerais a CIP concorda com a posição do PE nesta matéria e apela a que, na medida do possível se tente alcançar um acordo ainda com o actual PE

## 3. Acordo Comercio Livre (ACL) com Japão

- Em termos gerais a CIP apoia as negociações deste acordo, no entanto estamos reticentes quanto à sua real implementação do lado japonês
- Pretendemos um Acordo bastante alinhado com o TTIP e o Acordo de Parceria Trans-Pacífico (USA-Japão) pelo que consideramos essencial que sejam acordadas em particular:
  - Medidas não discriminatórias de abertura do mercado japonês, concretas e mensuráveis
  - Eliminação de todas as barreiras não tarifárias para bens e serviços e para o investimento

## 4. Mercosul e Brasil

As conclusões da recente Cimeira política EU-Brasil deram-nos esperança de que seria possível haver a **primeira troca de ofertas** entre os negociadores do Mercosul e da EU ainda em Março, no entanto isso não aconteceu. Estamos, pois, conscientes de que as perspectivas de alcançar qualquer tipo de acordo são muito reduzidas, face à relutância da Argentina.

Neste Enquadramento a CIP defende que a U.E. avance com as negociações com o Brasil em tudo o que for possível.

### Brasil

- A CIP tem tido um papel fundamental no desenvolvimento das relações entre as confederações empresárias do Brasil e da Europa.
- Ao organizar a primeira Cimeira Empresarial em paralelo à primeira Cimeira Política EU-Brasil, que teve lugar em Lisboa, a CIP e a AIP deram o mote para que se desenvolvesse uma cooperação regular entre os representantes empresariais das duas regiões. Desde então a CIP tem participado ativamente nos trabalhos das Cimeiras Empresarias. Que foram reforçados neste ultimo

ano com o desenvolvimento de grupos de trabalho sectoriais entre as Cimeiras de 2013 e 2014.

- Foi pois com particular satisfação que, no passado dia 25 de Fevereiro a CIP participou na 7ª Cimeira Empresarial UE-Brasil (paralela à cimeira política de Bruxelas), cujo corolário foi a assinatura de um plano de acção pelos líderes das Confederações (CNI e BUSSINESSEUROPE) de ambas as regiões e pelos respetivos líderes políticos, Durão Barroso e Dilma Rousseff.
- Com este plano de acção pretende-se promover uma agenda para a competitividade com prioridades concretas para diferentes sectores, por exemplo:
  - Investimento: criação de um ambiente favorável ao investimento em ambas as regiões e intensificação do investimento bilateral e dos fluxos tecnológicos;
  - Cooperação Regulatória: reforçar a harmonização internacional entre os reguladores de ambas as regiões, através de acordos de reconhecimento mútuo;
  - Cooperação para a competitividade: desenvolvimento de projetos conjuntos em indústrias chave como o petróleo e o gás, as energias renováveis e o turismo e promover o conhecimento sobre a responsabilidade social das organizações;
  - Investigação e Inovação Industrial: reforçar o impacto da cooperação em tecnologias de informação e comunicação e investir em inovação e tecnologias sustentáveis;
  - PME: Promover a transparência e previsibilidade e reduzir a burocracia e barreiras administrativas em áreas chave, proteção dos direitos de propriedade intelectual

## 5. TTIP – Acordo de Parceria Transatlântica para o comércio e Investimento

- Este é certamente o dossier de política externa com mais impacto na economia europeia estando obviamente a ser acompanhado de perto pela CIP, que tem vindo a intervir regularmente nas posições da BE.
- A assinatura deste acordo será um importante contributo para o crescimento económico europeu
- É um dossier em que a coordenação entre as posições do Estado e dos representantes empresariais será determinante para que as negociações tenham um resultado positivo para Portugal e para que o TTIP seja uma real oportunidade para as empresas nacionais.
- A CIP considera que Portugal tem principalmente uma agenda ofensiva que passa pelos seguintes pontos:
  - **Redução global de todos os direitos tarifários no momento da assinatura**, com uma negociação específica para produtos concretos como as conservas de peixe, cerâmica, os têxteis e calçado, os vinhos e outros produtos alimentares (apesar de as tarifas serem na média bastante baixas existem produtos específicos com taxas elevadas)

- Redução significativa das **diferenças regulatórias**, através de acordos de reconhecimento mutuo (caso dos cosméticos) e uma cooperação regular continuada ao nível sectorial que identifique soluções de harmonização (por exemplo no âmbito das ISO). Neste tema é vital que o Acordo preveja especificamente um plano de trabalhos posterior.
- O tema dos **Mercados Públicos** é também bastante relevante pois o mercado europeu é bem mais aberto que o Americano, sendo por isso necessário garantir que existirá uma efectiva **implementação ao nível federal mas também estadual** (neste mercado Portugal tem interesses ofensivos em vários sectores de que se destaca o papel)
- Um tema que deve merecer particular atenção da parte nacional é a **protecção das indicações geográficas nacionais**
- Por fim refiro o **Investimento** como uma grande vantagem deste acordo, pois poderá aumentar os fluxos de investimento EUA na Europa. Neste contexto, considera-se necessário refletir sobre uma abordagem aos EUA em que se promova Portugal enquanto destino de investimento na Europa.

**António Alfaiate**  
**CIP – Confederação Empresarial de Portugal**  
**07/04/2014**